

ATA DA REUNIÃO DO CONREG DE JUCÁS. Aos vinte e sete (27) dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois (2022), realizou-se de forma remota pelo Google Meet (<https://meet.google.com/pac-wjqh-bzh>), iniciando às 9h (nove horas) da manhã. Após conferir quórum, houve uma breve apresentação do diretor-presidente da ARIS CE, Pablínio Siqueira, que discorreu resumidamente sobre o papel da ARIS CE e do pedido de recomposição de tarifa pelo SAAE de Jucás. Alcides Duarte, presidente do SAAE de Jucás expôs também de forma resumida a situação do SAAE no momento e justificou as causas principais que levaram a solicitar a recomposição de tarifa. Em seguida a Senhora Maria Lucilene de Souza Bezerra presidente do CONREG e representante do poder municipal, abriu a reunião e deu boa vinda a todos os presentes: Alcides Duarte (representante da concessionária de água no município – SAAE de Jucás), Cláudio Gonçalves Lavor, Marta Célia Lavor, Antônio Lisboa de Sousa, Alcione Duarte, Jeffter de Queiroz Batista, Pedro Bento de Araújo Neto, Cleide Souza (representante das universidades no município), Eúde Lucas (convidado representante do legislativo jucaense e funcionário do SAAE), Lucilene Souza (representante do poder municipal e presidenta do CONREG de Jucás), fez a abertura oficial da reunião e passou para Alcides Duarte fazer a leitura e apresentação da pauta e convocatória para esta reunião. Em seguida foi repassada a palavra para o diretor técnico da ARIS CE, Cristiano Cardoso, que fez a apresentação do parecer técnico para recomposição de tarifas do SAAE de Jucás. Inicialmente falou das causas que motivaram o SAAE de Jucás a necessitar urgente de uma recomposição de tarifa devido os altos custos com a gestão, operação e manutenção da adutora que capta água diretamente no açude Muquém, com algumas falhas estruturantes e alto investimento para corrigir os erros e fazer essa adutora funcionar para atender o abastecimento humano da cidade de Jucás com água de qualidade, uma vez que o sistema antigo do SAAE, captando água na margem do rio Cariús apresentava dificuldade com relação à qualidade e também em quantidade nos períodos mais críticos durante o período seco. Alcides reforçou que a adutora do Muquém é um problema a ser resolvido pela garantia de água com excelente qualidade e por isso o SAAE de Jucás decidiu investir nessa adutora para fazer dar certo, mesmo com os altos custos que ela exige e, assim, precisou solicitar da ARIS CE uma recomposição que gerou um relatório com base em documentos, dados e informações de conversas e questionamentos com a gestão do SAAE, além de ter realizado visitas in loco para se ter um conhecimento real da situação. Cristiano então informou que os altos custos com a adutora do Muquém levaram o SAAE a adquirir uma dívida acumulada ao longo de meses junto a fornecedores e a ENEL que precisam ser pagas, além da busca do equilíbrio financeiro e um plano de investimentos para permitir que o SAAE de Jucás possa se regularizar de fato, cumprindo as exigências das leis de saneamento e venha a conquistar avanços e melhorias para oferecer um serviço de melhor qualidade e manter a adutora do Muquém funcionando a contento, como também os outros sistemas dos distritos e algumas comunidades rurais. Durante a apresentação Cristiano abriu várias vezes espaços para que o presidente do SAAE, Alcides Duarte, pudesse fazer algumas intervenções para esclarecimentos aos conselheiros do CONREG, como estes também podiam intervir para questionar, tirar dúvidas e dar sugestões, como o Cláudio Lavor que sugeriu ao SAAE buscar condições para implantar um sistema de energia solar, uma vez que o SAAE tem um alto custo com energia elétrica junto a ENEL, especialmente com os bombeamentos da adutora do Muquém que fica a uma distância considerada do açude até a ETA (mais de 10 km) e da ETA até a cidade (5km). O Município de Jucás não tem Plano Municipal de Saneamento e a ARIS CE recomenda que o município elabore ou contrate a elaboração para um Plano Municipal de Saneamento Básico, e que até sua instituição minimamente seja apresentada a agência plano anual de metas ou mesmo um diagnóstico pormenorizado dos problemas atuais de abastecimento e saneamento. Alcides colocou que o Município está inscrito num edital da FUNASA pleiteando recursos para a elaboração

deste plano e que vai conversar com o prefeito e o Secretário de Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente do município para cobrar junto a FUNASA e buscar outros meios para conseguir este objetivo do PMSB de Jucás. Cristiano fez uma apresentação utilizando gráficos e explicando cada um com detalhes com base em pesquisas feitas junto ao SAAE e com os dados do SNIS, que tratou dos dados gerais da prestação dos serviços em água e esgoto do SAAE, apresentou também indicadores em diversas dimensões para avaliar a qualidade e os avanços na última década, quanto aos serviços prestados.. Cristiano também apresentou e explicou também sobre o plano de investimentos do SAAE no ciclo tarifário para os próximos três anos (2023, 2024 e 2025, chegando a um montante de 771 mil reais de recursos próprios e mais 3 milhões e novecentos mil reais com recursos externos advindos de um projeto com a FUNASA para ampliação, substituição de rede de abastecimento de água e instalação de hidrômetros em toda a cidade, somando um total geral de R\$ 4.667.566,81. Cristiano também apresentou a análise econômico-contábil que trata da inflação no período apurado, lembrando que o último reajuste tarifário do SAAE foi de 16,01%, mas que nesse tempo (02/2022) o SAAE já pedia a recomposição tarifária devido já está há vários meses acumulando déficits por conta da adutora do Muquém que já vinha em operação e fazendo investimentos e melhorias desde o início do ano de 2021. Foi apresentado também uma análise das receitas e custos e o impacto inflacionário demonstrando a situação de receitas e despesas do SAAE e a real necessidade urgente de uma recomposição na tarifa para permitir que a autarquia possa de fato gerenciar, operar e manter os sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário funcionando a contento e possa fazer os investimentos necessários. A ARIS CE fez um estudo minucioso e apresentou uma análise detalhada dos gastos (de pessoal, de material, de serviços de terceiros), apresentou o faturamento por categoria de consumo e tipo de faturamento, a inadimplência tarifária e as receitas irrecuperáveis, apresentou como foi feito o cálculo da defasagem tarifária, do custo médio atual, da tarifa média praticada e apresentou a análise e diagnóstico das disponibilidades financeiras, apresentou o cálculo das tarifas médias, da tarifa média necessária até chegar ao cálculo do reajuste necessário com um percentual de 44,65%. Para concluir, a ARIS CE, visando assegurar o equilíbrio econômico e financeiro do PRESTADOR, considerando todos os dados analisados e de acordo com a Resolução ARIS CE- nº 16, de 28/11/2022, para fins de reajuste dos valores das Tarifas de Água e Esgoto e dos Preços Públicos dos demais Serviços, propõe os seguintes índices: Reajuste de 44,65% (quarenta e quatro inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento) sobre os atuais valores das Tarifas de Água e Esgoto, a ser aplicado em todas as categorias e faixas de consumo, conforme disposto na Tabela 1 do Parecer; Reajuste de 6,43% (seis inteiros e quarenta e três centésimos por cento) sobre os atuais valores dos Preços Públicos dos demais Serviços prestados, conforme disposto na Tabela 2 do Parecer; e Inclusão da tabela de multas relativas às infrações previstas no regulamento dos SAAEs aprovado pelos consorciados e pela ARIS CE. Após apresentação e esclarecimentos durante a mesma, Cristiano Cardoso abriu mais um espaço facultativo para que cada conselheiro pudesse fazer sua exposição para tirar dúvidas, sugerir, questionar, enfim. Mas diante da esclarecedora apresentação, o Parecer foi apreciado e aprovado por unanimidade sem ressalvas por todos os presentes, e não havendo mais nada a tratar, eu, Maria Lucilene de Souza Bezerra (presidente do CONREG de Jucás), lavrei a presente ata que será assinada por mim, representando todos os presentes (listados no início da ata), devido ser uma reunião por vídeo-conferência.

Maria Lucilene de Souza Bezerra.